



**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 2

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P964	<p>Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-552-5 DOI 10.22533/at.ed.525192108</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AFETIVIDADE SOB O OLHAR DE DOCENTES DE UM CURSO DA ÁREA DA SAÚDE	
Eliane Caldas da Silva Marcele Pereira da Rosa Zucolotto	
DOI 10.22533/at.ed.5251921081	
CAPÍTULO 2	14
A AFRICANIDADE PRESENTE NA OBRA DE IRINEU RIBEIRO	
Abinair Maria Callegari	
DOI 10.22533/at.ed.5251921082	
CAPÍTULO 3	27
A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ESTADO DO PARANÁ: A DÉCADA DE 1990	
Patricia da Silva Zanetti Isaura Mônica Souza Zanardini Lucia Terezinha Zanato Tureck	
DOI 10.22533/at.ed.5251921083	
CAPÍTULO 4	36
A IMPORTÂNCIA DA FESTA DO PINHÃO, PARA A VALORIZAÇÃO DA CULTURA NA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO, LINHA DOS POMERANOS, AGUDO/RS	
Kátia Fernanda Barrim Paz Natália Laura Prodorutti Ricardo Henrique Klüsener	
DOI 10.22533/at.ed.5251921084	
CAPÍTULO 5	48
A IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO PATERNO NO DESEMPENHO ACADÊMICO INFANTIL	
Lisiane Pires Silva Daniela Neris Gonçalves Morgana Mariano Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5251921085	
CAPÍTULO 6	64
A MESORREGIÃO NOROESTE FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DO PERFIL DEMOGRÁFICO E EDUCACIONAL DAS DESIGUALDADES DE UM BRASIL DESCONHECIDO	
Pablo Silva Machado Bispo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5251921086	
CAPÍTULO 7	78
A MÚSICA, O SOM E O SILÊNCIO NA CORPOREIDADE	
Ana Paula Silva Guimarães Wylka Aquino da Silva Alzenira de Carvalho Miranda Sônia Bessa	
DOI 10.22533/at.ed.5251921087	

CAPÍTULO 8	90
A PERSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICA DA INTERDISCIPLINARIDADE PELO ENFOQUE DA EDUCAÇÃO	
Carmem Lúcia Albrecht da Silveira Munir José Lauer	
DOI 10.22533/at.ed.5251921088	
CAPÍTULO 9	102
A SUBVERSÃO DO CURRÍCULO: MÃE DE SANTO COM CURRÍCULO LATTES E OUTROS ENFRENTAMENTOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO IFMS	
Guilherme Costa Garcia Tommaselli Gilmar Ribeiro Pereira Leandro Passos	
DOI 10.22533/at.ed.5251921089	
CAPÍTULO 10	114
ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ESTÁTICO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	
Wanessa Eloyse Campos dos Santos Josielen de Oliveira Feitosa Meire Ferreira Pedroso da Costa Robson Alex Ferreira Ruth Alves de Souza Sandra Simone Silva Cruz Viviany da Silva Brughnago	
DOI 10.22533/at.ed.52519210810	
CAPÍTULO 11	124
APRENDIZADO DO BRAILLE: ACESSO AO CONHECIMENTO E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO	
Márcia Raimunda de Jesus Moreira Silva Diná Santana de Novais Lucimara Morgado Pereira Lima Luciana Costa Souza Marta Martins Meireles Nélia de Mattos Monteiro Tháise Lisboa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210811	
CAPÍTULO 12	138
AS AÇÕES EDUCACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL DE INCLUSÃO PARA ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR: E AS IMPLICAÇÕES SÓCIOESPACIAIS	
Gilmar Oliveira da Silva Patrícia Almeida dos Santos Cristiane Oliveira dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.52519210812	
CAPÍTULO 13	145
ATENDIMENTO A ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: PROPOSTA DE POLÍTICA PARA REDES MUNICIPAIS DE ENSINO	
Kamile Lima de Freitas Camurça Gleíza Guerra de Assis Braga Antonio Nilson Gomes Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210813	

CAPÍTULO 14	150
<i>BULLYING</i> E DIREITOS HUMANOS: UM DIAGNÓSTICO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO EPAMINONDAS, CUIABÁ, MT	
Gilson Pequeno da Silva Deyvison Ronny da Silva Lopes Rodney Mario de Almeida Raquel Martins Fernandes Mota	
DOI 10.22533/at.ed.52519210814	
CAPÍTULO 15	156
COMO VAI O NOSSO TRÂNSITO?	
Jaci Lima	
DOI 10.22533/at.ed.52519210815	
CAPÍTULO 16	168
CONCEPÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E VIOLAÇÕES DESSES DIREITOS NA ATUALIDADE	
Roberta Moraes Simione Denize Aparecida Rodrigues de Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.52519210816	
CAPÍTULO 17	179
CONHECIMENTO E FORMAÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DO NÍVEL MÉDIO DA UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE GUERRERO	
Herlinda Gervacio Jiménez Benjamín Castillo Elías	
DOI 10.22533/at.ed.52519210817	
CAPÍTULO 18	191
DESAFIOS E POSSIBILIDADES: CULTURA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO EM DUAS EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	
Aruanã Antonio dos Passos Wilson de Sousa Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.52519210818	
CAPÍTULO 19	202
DESENVOLVIMENTO MOTOR DE UMA CRIANÇA COM MICROCEFALIA E PARALISIA CEREBRAL	
Josielen de Oliveira Feitosa Robson Alex Ferreira Wanessa Eloyse Campos dos Santos Ruth Alves de Souza Meire Ferreira Pedroso da Costa Sandra Simone Silva da Cruz Viviany da Silva Brughnago Victor da Cruz Valle	
DOI 10.22533/at.ed.52519210819	
CAPÍTULO 20	212
DIVISÃO DO TRABALHO EM CRECHES PÚBLICAS EM MEIO A DISPUTAS LEGAIS: O CASO DE MAUÁ/SP	
Sanny S. da Rosa Fernanda Feliciano de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.52519210820	

CAPÍTULO 21	233
“DO CÉU SÓ CAI CHUVA”: CULTURA E IDENTIDADE INDÍGENA	
Priscila Chuarts Alessio	
Márcia Andréa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.52519210821	
CAPÍTULO 22	244
EARLY DIAGNOSIS TO THE PEDIATRICS CANCER: THE TELE-EDUCATION IN FAVOUR	
Mariana Boulitreau Siqueira Campos Barros	
Kayse Mariano Santos Barros	
Magaly Bushatsky	
Jocasta Bispo de Santana	
Vera Lúcia Lins de Moraes	
Raul Antônio Moraes Melo	
Paula Rejane Beserra Diniz	
Magdala de Araújo Novaes	
Helana Maria Ferreira Renesto	
DOI 10.22533/at.ed.52519210822	
CAPÍTULO 23	257
INVERTENDO PRIORIDADES NAS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO	
Odorico Ferreira Cardoso Neto	
DOI 10.22533/at.ed.52519210823	
CAPÍTULO 24	273
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DOM PEDRITO	
Maria Helena Mena Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.52519210824	
CAPÍTULO 25	288
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: UM TRABALHO EM CONSTRUÇÃO	
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes	
Lavine Rocha Cardoso Ferreira	
Priscila Moreira Corrêa-Telles	
Lucianna Ribeiro de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.52519210825	
CAPÍTULO 26	297
ENSINO COLABORATIVO COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O TRABALHO COM ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ALGUMAS REFLEXÕES	
Gislene de Sousa Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210826	
CAPÍTULO 27	307
ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: POSSIBILIDADES DE MUDANÇAS	
Michelle Castro Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210827	

CAPÍTULO 28	321
LETRAMENTO CARTOGRÁFICO NA GEOGRAFIA ESCOLAR: O <i>GOOGLE EARTH</i> COMO RECURSO DIDÁTICO NUMA PROPOSTA DE ENSINO HÍBRIDO	
Jonas Marques da Penha Andréa de Lucena Lira Alexsandra Cristina Chaves Rucélia Patricia da Silva Marques	
DOI 10.22533/at.ed.52519210828	
CAPÍTULO 29	334
LETRAMENTO E LEITURA LITERÁRIA NA ESCOLA	
Gislene de Sousa Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210829	
CAPÍTULO 30	345
LITERATURA INFANTIL NA ESCOLA: REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIA NO DISCURSO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Camila Bonin Liebgott Rosa Maria Hessel Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210830	
SOBRE OS ORGANIZADORES	359
ÍNDICE REMISSIVO	360

A SUBVERSÃO DO CURRÍCULO: MÃE DE SANTO COM CURRÍCULO LATTES E OUTROS ENFRENTAMENTOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO IFMS

Guilherme Costa Garcia Tommaselli

(IFMS Campus Três Lagoas)

Gilmar Ribeiro Pereira

(IFMS Campus Três Lagoas)

Leandro Passos

(IFMS Campus Três Lagoas)

RESUMO: A diversidade cultural está presente em vários espaços da sociedade brasileira, principalmente na escola, onde afloram com mais intensidade as diferenças sociais, étnico-raciais e culturais. Tais questões não têm sido tratadas com o devido respaldo pedagógico no currículo escolar. Com base nessa premissa, neste trabalho procurou-se refletir sobre as culturas afro-brasileiras e africanas contempladas pela Lei 10.639/03, porém ainda não implementada concretamente no currículo da Educação Básica conforme o exigido. A escola é o espaço pertinente para debater e refletir a ressignificação das relações sociais, étnico-raciais, culturais e o currículo escolar, bem como para desenvolver práticas de convívio saudável, de respeito mútuo, solidariedade e de cultura de paz. Daí exigir tratamento coerente em relação às religiões afro-brasileiras e africanas como um suporte de reconhecimento e direito do povo negro que a vê como referência identitária no sentido de ressignificar a sua cultura, seus valores,

costumes entre outros. São por meios dessas ações afirmativas que pretende-se revigorar sua autoestima e autoimagem e promover sua idealização. Portanto, em pleno século XXI, é inadmissível aceitar uma escola excludente que não respeita os valores religiosos na sua plena diversidade cultural e étnico-racial.

PALAVRAS- CHAVE: diversidade; étnico-racial; educação; religiosidade

THE SUBVERSION OF THE CURRICULUM:
SANTO'S MOTHER WITH CURRICULUM
LATTES AND OTHER CLASHES IN THE
IMPLEMENTATION OF LAW 10.639 / 03 IN
THE IFMS

ABSTRACT: Cultural diversity is present in several areas of Brazilian society, especially at school, where emerge more intensely social, ethnic-racial and cultural differences. Such issues have not been treated with proper pedagogical support in the school curriculum. Based on this premise, this work sought to reflect on the african-Brazilian and African cultures contemplated by Law 10.639 / 03, but not yet implemented concretely in the Basic Education curriculum as required. The school is the appropriate forum to debate and reflect the redefinition of ethnic-racial social, cultural and the school curriculum, and develop healthy

living practices, mutual respect, solidarity and peace culture. Hence require consistent treatment over the african-Brazilian and African religions as a support recognition and rights of black people who see it as an identity reference in order to reframe their culture, their values, customs and others. It is by means of these affirmative action that is intended to reinvigorate their self-esteem and self-image and promote its idealization. Therefore, in the XXI century it is inadmissible accept an exclusionary school that does not respect the religious values in their full cultural and ethno-racial diversity.

KEYWORDS: diversity; ethnic and racial; education; religiousness

INTRODUÇÃO

Em 2003, em sua primeira ação como presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10639/03, que alterou, a Lei nº 9.394/96 por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B” (BRASIL, 2006, p. 19), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, incluindo no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Mais de quinze anos se passaram, e trabalhar a diversidade étnico-racial ainda é um campo espinhoso, complexo, que sofre enfrentamentos de diversas naturezas, e que requer resistência, a qual tem sido a marca da luta do movimento negro por direitos e reconhecimento e que, no cenário brasileiro, tem como uma de suas conquistas mais notórias a aprovação da Lei 10.639/03.

De acordo com as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006, p. 257), a Lei 10.639/2003 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) incluindo o seguinte artigo:

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira [...]

§ Art. 79- B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra.

Com relação ao último item da Lei que possibilitou reconhecer as exigências do movimento negro que já comemorava no dia 20 de novembro o Dia Nacional da Consciência Negra, alusão à morte do líder negro Zumbi dos Palmares, percebe-se que há um deslocamento em que, tradicionalmente, se “comemorava” o treze de maio, a libertação dos escravos, como a data de alusão ao povo negro do país, em que se enaltecia a figura do colonizador, da Princesa Isabel, como sujeito histórico que representava o povo negro.

O herói brasileiro, nesse caso, ainda era o branco colonizador, representado na figura monárquica da Princesa Isabel, respaldada pela história oficial, que a delega a função de um ato de boa vontade: libertar o povo que humilhou, oprimiu, escravizou, dando a liberdade como sentença final, abolindo não a escravidão, mas sim, a

história de genocídio, barbárie, que foi o processo colonização do Brasil, atenuado nos livros didáticos e pela própria história oficial.

Essa mudança de data é fundamental e não é uma simples alteração. Nesse ato, o negro se torna sujeito da história oficial do Brasil, tendo como referência ao seu povo e a sua história, Zumbi dos Palmares, líder do quilombo dos Palmares, símbolo da resistência do povo negro a opressão do colonizador. Esse deslocamento, expande, portanto, as oportunidades para professores trabalharem com os discentes questões como: a resistência do negro em relação a escravidão, a referência como líder, materialização de vários quilombos, as religiões como candomblé e umbanda, a identidade de ser negro e etc.

É oportuno lembrar que a Lei possibilita a construção de um novo imaginário de reconhecimento do povo negro no Brasil, não somente por tratar as questões pejorativas, de espoliações e de sofrimento, mas de ressignificar a identidade, tornar visível a sociabilidade, as contribuições socioeconômicas e culturais – saberes/conhecimentos, as suas potencialidades e superação dos preconceitos e do analfabetismo; é, portanto, um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir as injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Esse artigo é um relato da experiência pedagógica de enfrentar o currículo instituído, oficial, e com respaldo da legislação, procura apontar um outro olhar para a História às culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional, descentralizando o conhecimento da perspectiva eurocêntrica, tendência majoritária no currículo e na história oficial, em que o papel da África na história ficava resumido a escravidão, enquanto um episódio trágico, porém, já superado.

A implementação da lei pode ser pensada como uma possibilidade de transformar a escola em um espaço de fusão de diversidades sociais, étnicas, raciais e culturais, isto é, um espaço de reflexão e de debate sobre como estão sendo abordadas essas questões no currículo escolar com o objetivo de fortalecer as ações humanas de não negação do ser.

A experiência que se relata aqui traz alguns indícios e fatos, que demonstram os impedimentos e a resistência que há em se trabalhar os elementos da cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Esse texto, porém, não tem a pretensão, nem espaço suficiente para debater os mais variados aspectos que envolvem esse problema.

Sendo assim, optou-se por um recorte específico, pensando a inserção da cultura de origem afro-brasileira e africana a partir da perspectiva religiosa, escolha feita tendo em vistas as diversas situações esdrúxulas em que se passa, nesses anos, os adeptos das religiões de matriz africana.

A anedota mais significativa, aliás, é a que dá título ao texto, uma Mãe de Santo

com Currículo Lattes, que ilustra bem, apesar mais de quinze anos de sancionada a Lei 10.693/03, ainda há muito o que se fazer nesse sentido. Nesse cenário, o aspecto religioso, é um campo de conflito.

PAI DE SANTO NA ESCOLA? EXPECTATIVA FRUSTRADA

A experiência pedagógica que se relata a seguir é um projeto de pesquisa, coordenado pelos professores de Sociologia e de História, no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) *Campus* Três Lagoas, em que ambos desenvolvem atividades relacionadas à temática da diversidade, em que a principal atividade tem sido a semana da consciência negra. O projeto não se resume apenas a semana da consciência negra, pois o tema da diversidade étnico-racial é trabalhado de forma transversal nas aulas nas disciplinas de ciências humanas, como a Filosofia, Língua Portuguesa e suas literaturas, História e Geografia.

O projeto teve início em 2011 de forma ainda tímida: o primeiro dia da consciência negra do *campus* Três Lagoas. A primeira tentativa em inserir o tema no IFMS foi recebida de forma positiva, porém sem muito incentivo. Ao pensar na programação que pudesse chamar a atenção dos estudantes do *campus*, que naquele momento se resumiam as turmas do curso técnico integrado em Eletrotécnica e técnico integrado em Informática, cogitou-se a possibilidade de trazer um Pai de Santo, para tirar as dúvidas sobre as religiões de matriz africana como o candomblé e a umbanda.

Como o *campus* Três Lagoas estava em implantação, no primeiro ano de atividades, foi possível escapar da “burocracia institucional” que, no futuro, seria mais um dos empecilhos a se organizar tal atividade. Independente desse fato, o tema da religiosidade ainda é um tema tabu e, quando se trata da religiosidade que foge do tronco cristão, fica evidente que se trata de uma zona de conflito.

Durante a elaboração da programação, uma estudante procurou os organizadores de forma particular e confidenciou que tinha um tio Pai de Santo que poderia participar do evento. Até o momento, tinha a ideia, mas, como era recente na cidade, não tinha referências de onde encontrar representantes de religiões de origem africana. Após, o relato, surgiu o convite em conhecer o terreiro de seu tio e de entrevistá-lo. Marcado o encontro a ocasião, tudo ocorreu de forma bem específica. Era a primeira vez que os docentes entravam em um terreiro. Apesar do interesse, nunca tinham tido a oportunidade, pois não conheciam, até então, praticantes do candomblé. A experiência foi interessante, assim como as dúvidas tiradas. O Pai de Santo aceitou o convite e ficou acertada a sua ida ao *campus* no dia 20 de novembro, em que seriam realizadas as atividades comemorativas sobre a consciência negra.

A primeira objeção veio quando a programação foi publicada e questionou-se se o Gerson viria trajado de “Pai de Santo”. Após um longo diálogo, em que foi necessário esclarecer que o traje de Pai de Santo é um traje religioso tal como a batina e de que era um representante de uma religião, o natural era que viesse

trajado a caráter, até porque o trabalho tem como intenção promover o respeito à diversidade. Foi aceita a presença, mesmo que às controvérsias.

O interessante é que, durante a manhã do dia 20, a expectativa e o clima de tensão era evidente para a chegada do Pai Gerson, o que demonstra o quanto o espaço escolar está despreparado para a recepção do diferente, visto que, em ocasiões semelhantes em que o visitante é um padre ou representante de outra religião cristã, o impacto e a expectativa não é a mesma. O fim da história dessa primeira experiência é frustrante por um lado, mas interessante por outro.

A fala do Pai Gerson tinha ficado para o último momento da manhã. No entanto, quando se aproximou o momento de sua fala, ele ainda não havia chegado. Por isso foi solicitado que alguém fosse buscá-lo em casa. A assistente social do *campus* se dispôs a buscá-lo, enquanto as atividades seguiam. A frustração veio quando ela retornou relatando que, infelizmente, o Pai Gerson não viria, pois, quando chegou ao terreiro, ele estava “no meio de um trabalho”, ou seja, ele estava mediunizado. A história gerou risadas e causou estranheza, mas, ao mesmo tempo, trouxe elementos importantes para fundamentar a necessidade de se desmistificar as religiões afro-brasileiras. Por fim, a entrevista com Pai Gerson foi apresentada, uma vez que foi gravada em visita preliminar. A curiosidade ficou evidente em alguns, assim como alívio em outros de que o encontro tenha sido frustrado.

A RELIGIÃO AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E SUAS IMPLICAÇÕES EM UM UNIVERSO NEOPENTECOSTAL: OBSERVAÇÃO DA INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE A DIVERSIDADE RELIGIOSA NO IFMS.

Como dito antes, introduzir a discussão sobre as religiões de origem africana na escola é uma tarefa espinhosa e se torna ainda mais complexa no universo de predominância das religiões neopentecostais no país.

Como se sabe, uma série de estudos recentes, como o senso 2010 realizado pelo IBGE, tem apontado que, no Brasil, nos últimos anos, tem crescido o número de representantes das religiões neopentecostais, popularmente conhecidos como evangélicos.

O crescente número de evangélicos, assim como a expansão das igrejas neopentecostais pelo país, é um fenômeno complexo e que requer um estudo amplo. Nesse sentido, esse texto se preocupa, apenas, com a possível intolerância desse segmento com a diversidade religiosa e, mais especificamente, com sua oposição e estigmatização para com as religiões de tronco africano. É claro que não se pode generalizar a conduta de todos praticantes das religiões neopentecostais como preconceituosa ou intolerante, mas, ao mesmo tempo, é impossível não perceber como essa tendência tem crescido nesse segmento nos últimos tempos.

A título de ilustração, recentemente, navegando pela internet, encontramos a

seguinte manchete no portal da UOL: “Alunos evangélicos se recusam a fazer trabalho sobre a cultura Afro-brasileira”. A reportagem relatava o lamentável episódio ocorrido em um colégio de Manaus, em que estudantes do ensino médio, evangélicos, se negaram a participar do projeto “Preservação da identidade étnico-cultural brasileira”, alegando que o trabalho fazia apologia ao satanismo e à homossexualidade.

Esse episódio é um fato que ilustra a tendência apontada de intolerância religiosa presente no discurso e na ação de membros do segmento neopentecostal.

Nesse sentido, em um universo em que as religiões neopentecostais têm ganhado força, abordar a diversidade religiosa, apontando para existência e importância das religiões de origem afro-brasileira e africana se torna um desafio e, mais do que isso, uma necessidade.

Portanto, abordar a diversidade étnico-racial é também, trazer à cena o que foi omitido até então. As religiões de origem africanas tiveram início no Brasil durante o processo de colonização, em que africanos foram trazidos para o Brasil como escravos. No entanto, os escravos não trouxeram apenas força de trabalho, trouxeram também sua cultura, seus hábitos, sua religiosidade. Sendo assim, pode-se dizer que as religiões de origem afro-brasileiras são tão originárias do Brasil como o catolicismo e que, mesmo assim, são posteriores as religiões indígenas.

Deste modo, o debate sobre a religiosidade e a introdução das religiões de origem africana na escola é fundamental para que se desenvolva o respeito à diversidade religiosa.

O respeito surge como um elemento central na constituição de um processo de respeito à diversidade em toda sua amplitude. Ora, o respeito mútuo é o direito que se reconhece aos outros de terem opiniões diferentes ou até diametralmente opostas as nossas. Esse direito costuma ser negado aos membros de religiões não cristãs, principalmente aquelas que possuem matrizes africanas. Os constantes ataques promovidos pelo neopentecostalismo a religiões deste segmento, geralmente, são sustentados e justificados por meio de uma suposta guerra do bem contra o mal, denominada de guerra santa.

Apenas observando o termo guerra, pode se perceber que não tentarão promover uma discussão pacífica quanto às suas diferenças de credo e de etnias para com os outros, pelo contrário, a intenção é de literalmente travar uma batalha espiritual, afim de que o outro aceite a sua doutrina como absoluta.

Para promover a formação de adultos livres do preconceito racial, que na infância é apenas reproduzido, o Brasil, como um Estado laico, deveria investir na formação de sujeitos isentos de preconceito religioso. No entanto, mesmo que oficialmente o estado brasileiro seja laico, é frequente ouvir do senso comum afirmações como “somos a maior comunidade católica do mundo” ou “temos a maior comunidade cristã” ou “O Brasil é um país católico”.

Tais afirmações, aparentemente corriqueiras, camuflam o espaço que a religiosidade tem na sociedade brasileira. Não é preciso traçar nenhum grande

projeto de pesquisa para afirmar que a moralidade que rege a sociedade brasileira é cristã, o que provoca a confusão entre o papel do Estado e o da Religião.

O problema reside no fato de o Estado brasileiro, até então, ter historicamente reforçado na história oficial, na pedagogia e nos currículos, a perspectiva do colonizador, ou seja, a hegemonia da etnia branca e de seus princípios existenciais, entre os quais se encontram a conduta cristã. Nesse cenário, o cristianismo passa a ser entendido como natural, como se fosse possível afirmar sem problemas nenhum que o Brasil é um Estado Cristão. Reforçar essa tese é reforçar a opressão a outras manifestações religiosas que fogem ao tronco do cristianismo e que passam a ser entendida como sub-religiões ou como práticas religiosas duvidosas e infundadas.

Quando se trata das religiões de matriz africana, fica mais que evidente, que a estigmatização cristã criou um mito nacional, carregado de estereótipos negativos, em que as religiões afro-brasileiras são nomeadas de apelidos pejorativos e associadas a práticas de ocultismo e barbárie. Os rituais são estigmatizados, assim como todos os elementos que compõem a identidade religiosa afro-brasileira, como as vestimentas, os cultos, ritos, etc também o são.

Nesse caso, o Estado assume de forma velada um posicionamento religioso que tem como reação a opressão á prática religiosa livre, fato que produz um clima de intolerância religiosa. Nesse contexto, a escola, também de forma velada, assume práticas religiosas. Ainda é comum, em muitas escolas brasileiras, fazer a oração do “Pai nosso” antes no início das aulas. Essa prática que já foi mais difundida é atualmente mais comum no ensino básico.

É no início da vida escolar que o racismo se manifesta, disfarçado de brincadeiras infantis que por muitas vezes consagram a segregação do negro e difundem o pensamento reproduzido, mas que acabam se naturalizando. Nesse campo, a religião também desempenha um papel importante. Logo, o ensino da cultura afro-brasileira e africana, por meio da religiosidade, se inserido desde as séries iniciais, pode representar um bom caminho para a construção de um sujeito que respeite a diversidade.

Para isso, deve-se desenvolver e articular juntamente com os professores maneiras de se contemplar o ensino da cultura afro brasileira e as religiões de matrizes africanas para diferentes faixas etárias no ensino fundamental e médio. A educação é um poderoso meio de se combater o preconceito racial e religioso.

O Brasil carece de respeito, de equidade e inclusão, mas não há carência maior que na área educacional. Uma educação de qualidade é capaz de minimizar os problemas de cunho social brasileiro, daí a necessidade rever as práticas pedagógicas.

Como visto, discursos e ações que estigmatizam e inferiorizam a cultura afro brasileira e africana danificam cada vez mais a vida social de seus membros, afora a dificuldade que costumam encontrar para assumirem suas práticas religiosas como, por exemplo, o candomblé e a umbanda.

A Umbanda se encontra favorecida em relação as outras, já que pode ser considerada uma “religião brasileira” por ser a fusão do catolicismo com religiões de matrizes africanas, ou seja, uma prática religiosa “embranquecida”, “mestiça”, que consegue contemplar tanto as divindades africanas, “os orixás” que, para o catolicismo, são os “santos”; “Deus” que equivale a “Olorum” numa visão africana; é a divindade da criação, o criador dos orixás, assim como deus também é a divindade criadora para o catolicismo.

A disseminação dos discursos neopentecostais, que insistem em demonizar as religiões de matrizes africanas, acabam reforçando um senso comum, em que uma religião não cristã, seus membros e seu deus e divindades são a própria representação do “mal”. Resta concluir que Deus é perfeito e branco, enquanto o Diabo é feio e preto (SILVA, 1995).

A batalha é espiritual, mas as consequências se manifestam no meio social, onde um não pode assumir seus credos ou ser praticante de determinada religião por conta do preconceito difundido e sustentado por meio desse senso comum que se prolifera, multiplica-se, cristaliza-se e naturaliza-se em sujeitos de um Estado brasileiro que se intitula “laico”.

Uma vez que o neopentecostalismo possui um alcance de mídia muito maior que outras religiões, perpetuar esse senso comum é muito mais fácil. Não sendo o bastante, tem-se a bancada evangélica no senado, demonstrando a força política desse segmento, que aproveita-se de que no Brasil política e princípios religiosos se misturam sem grandes problemas.

Devido seu crescimento nas últimas duas décadas, o neopentecostalismo começou a aparecer em diversas áreas sociais e políticas. Seja em prol de dependentes químicos, apoiando os mais necessitados ou até mesmo no Senado.

A mistura do religioso e do político é algo muito contraditório, já que o objetivo de um governante é governar para todos, sem distinção de credo, cor ou orientação sexual, o que diversas vezes é ignorado pelos governantes brasileiros. O que ocorre na maioria das vezes é que, uma vez que um pastor se torna um representante político, o mesmo acaba confundindo seu papel de governante com o de líder religioso.

O Brasil em sua condição de Estado laico deveria garantir o direito da pluralidade religiosa assim como previsto no art. 5º, VI da Constituição Federal de 1988 ao dispor que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção dos locais de culto e suas liturgias”. Tal princípio engloba a liberdade de consciência, a liberdade de crença e a liberdade de culto. ”

A maneira mais sensata, nessa primeira instância, é a de que o Estado teria de resolver ou lidar com essa imposição dos princípios morais das igrejas neopentecostais (evangélicas) nas decisões dos direitos dos cidadãos, logo é dever do mesmo garantir a todos o direito à liberdade, à pluralidade religiosa, à autonomia

para escolher, segundo seus próprios valores e princípios morais, a quem lhes é agradável adorar ou não, tornando, assim, o país um ambiente harmonioso onde se pode ir e vir e se falar livremente sem o medo do julgamento sobre suas crenças.

Diante de tudo isso, no entanto, mesmo depois de dez anos de implementação da lei 10.693/03, discutir a diversidade por meio do campo religioso é um conflito que requer do docente, da equipe de trabalho, uma atitude crítica e postura dura, pois os entraves são de natureza diversa: moral, político, institucional, burocrática.

Nesta experiência em implementar o projeto “A cultura afro-brasileira e africana: as relações da diversidade étnico-racial”, no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) *campus* Três Lagoas, diversas foram as situações singulares. Seria injusto não enaltecer os belos momentos que vivenciamos como educadores no processo de desenvolvimento desse projeto. No entanto, esse texto tem como intuito problematizar as questões que ainda dificultam a implementação da legislação e o próprio desenvolvimento de uma educação para a equidade.

Sendo assim, entre os inúmeros percalços, escolheu-se a natureza diversa e os percalços que se enfrentou nesse campo de embates. O caso que dá título ao texto e que não deixa de ser engraçado e estranho ao mesmo tempo, qual seja, uma Mãe de Santo com currículo Lattes?

MÃE DE SANTO COM CURRÍCULO LATTES: BUROCRACIA E ENFRENTAMOS NA INTRODUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE VALORIZEM AS RELIGIÕES DE ORIGEM AFRICANA

Após a primeira experiência frustrada em trazer um representante de uma religião da matriz africana, no caso o candomblé, em 2011, episódio narrado anteriormente em que o Pai Gerson não compareceu ao evento, a vontade se manteve presente, como atitude política e educacional de se enfrentar o currículo e democratizar o espaço escolar.

Assim, durante o período de organização da semana da consciência negra de 2013, decidiu-se que estava no momento de trazer à tona a discussão sobre a religiosidade de origem africana e suas práticas no Brasil. Sendo assim, foram programadas duas atividades em que o tema seria abordado.

A primeira atividade foi uma palestra intitulada *Imagens do feminino nas religiões de influência afro: do candomblé ao catolicismo popular*”, ministrada pelo professor Lourival do Santos da UFMS- *Campus* Três Lagoas, com o intuito de preparar os participantes para a segunda atividade, que teria a participação de um representante de religião afro-brasileira.

Como o tema da semana tinha a mulher negra como referência, a segunda atividade programada era a mesa redonda: *As representações da mulher negra hoje*. Para a organização da mesa foram convidadas duas mulheres negras para

compartilharam com o público as impressões sobre a representação da mulher negra nos dias atuais. Assim, a Prof. Dra. Lucimar Rosa Dias, docente do curso de pedagogia da UFMS, *Campus Três Lagoas*, ficaria responsável por falar como acadêmica sobre a representação da mulher negra.

Em seguida, para finalizar a mesa, Dona Sílvia, representante da Umbanda, Mãe de Santo, ficaria responsável por falar sobre a religião e sobre o papel da mulher nas religiões afro-brasileiras.

Definida a programação, foi encaminhada à coordenação de extensão a documentação necessária para a realização do evento, em que, no formulário, era necessário o preenchimento de dados sobre os convidados, entre eles o currículo lattes. Ao escrever o projeto, ficou claro que como Dona Sílvia é uma mãe de santo, logo não fazia parte do universo acadêmico, não seria necessário o seu currículo lattes, visto que esta é uma ferramenta própria particular da academia.

A surpresa aconteceu quando o projeto retornou indeferido, e a justificativa era que não se havia anexado o currículo Lattes de Dona Sílvia à proposta de extensão. A princípio isso pareceu “uma brincadeira”, mas a situação, por mais estranha que pareça era real. O universo institucional educacional, seja em uma Universidade, Instituto Federal, Escola Estadual ou Municipal, apresenta algumas características em comum, apesar das distinções, mas, o que interessa nessa análise é um ponto em comum nesses casos: a burocracia.

A burocracia é um tema relativamente moderno, problematizado por diversos pensadores, entre eles, o sociólogo Max Weber, que contribui para o debate que se realiza aqui. De acordo com o autor, o mundo ocidental se caracteriza pela tendência à extrema racionalização de todas as esferas que compõe a vida social do indivíduo; a tendência à racionalização do mundo social se efetiva nas sociedades ocidentais com o desenvolvimento das organizações burocráticas.

De acordo com Weber, todo tipo de instituição social, seja ela pública ou privada, tenham objetivos idealistas ou materialistas, se estruturam e se organizam por meio da burocracia. Nesses casos, a burocracia pode ser compreendida como modo de exercer dominação. Pensando no próprio método weberiano, pode ser compreendida enquanto um tipo ideal de organização para a dominação racional/legal, que possui um grande poder, devido a sua imensa superioridade técnica. A sociedade ocidental foi construída sobre as bases de um desenvolvimento burocrático que tem como fim a constituição de um Estado burocrático e extremamente organizado.

Nesse contexto, a escola não se distingue das outras instituições sociais e se constrói e reforça enquanto um mecanismo legal de dominação, em que a burocracia exerce um papel fundamental. No caso deste relato, fica evidente que a burocracia institucional tem o papel e o poder de dificultar, tornar moroso os processos educativos.

A situação é agravada quando a burocracia ainda funciona como um instrumento de dominação e de manutenção de um sistema educacional rígido, tradicional. Nesse sentido, quando se esbarra na burocracia em todas as tentativas de realizar atividades

relacionadas à diversidade étnico-racial, não se entende tal ação como um mero entrave burocrático, visto que outras atividades institucionais como as referentes à ciência e à tecnologia não sofrem do mesmo mal. Não se afirma que estas atividades também não estão submetidas aos processos burocráticos. No entanto, quando se percebe que essas atividades tem um grande incentivo econômico e que tem maior prestígio entre os gestores das instituições de educação, fica claro que há diferenças.

Nesse caso, a burocracia assume o papel de dominação legal, como proposto por Weber, em que conteúdos, propostas educacionais que fujam aos moldes racionais/legais institucionais serão averiguados de forma mais meticulosa, como um exame minucioso e que sempre pode ser justificado como foi dado: “O formulário pede o currículo lattes, portanto é necessário que se preencha essa informação para que o projeto seja deferido”.

O caso da Mãe de Santo com currículo Lattes foi resolvido após um diálogo exaustivo entre os coordenadores do projeto e os gestores da instituição. No entanto, devido à demora para se chegar a uma resolução para tal problema, o prazo de financiamento do evento havia vencido, como em todos os outros anos e, novamente, a semana da consciência negra só ocorreu pela vontade e consciência política e educacional de todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lei 10.639/03 representa uma virada histórica no combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito que atingiram o povo negro do Brasil, pois sua ação é centrada na educação ou na construção de um novo modelo de educação em que o negro passa a ser compreendido como sujeito da história do Brasil e que tenha reconhecido em todos os sentidos a importância na constituição da nação brasileira.

No entanto, há muito a se avançar ainda. Episódios como os narrados nesse artigo são frequentes para aqueles que se arriscam a mudar de olhar, a transformar uma educação tradicional, a levar o negro ao centro da história. Percebe-se que variados fatores ainda contribuem para que o debate sobre a diversidade étnico-racial nos espaços educacionais brasileiros se mantenham restritos. A burocracia, a força da educação tradicional, a formação econômica, a mentalidade colonizada, a fragmentação do indivíduo, a má formação de professores, são alguns desses fatores.

Portanto, a implementação da lei 10.639/03 é um passo importante, mas que fundamentalmente depende de outras ações que fortaleçam e potencializem seu desenvolvimento, como as ações afirmativas, inclusão de temas referentes às culturas africanas e afro-brasileiras nos currículos escolares.

Assim, esperam-se parceria com o Estado, investimento contínuo de ações afirmativas que valorizam a diversidade cultural e étnico-racial, direcionadas a

oferecerem suporte às práticas educacionais, destinadas a preparar os educadores e educadoras, educandos e familiares.

Nesse âmbito, se faz necessária a negação das formas arcaicas de se pensar, com o propósito de desconstruir as ideologias da “democracia racial”, que de alguma forma ainda povoam o pensamento de muitos professores sem autonomia crítica, bem como o de alunos. A escola deve ser, não somente em tese, o espaço propiciador da igualdade de oportunidades plenas a todos, sem diferenças culturais, sociais e étnico-raciais e religiosas, mas tem que exercer isso na prática.

Por fim, o currículo na sua multiplicidade deve recuperar os conteúdos ocultados, negligenciados e pouco conhecidos pelas escolas e pelos professores ao longo do processo histórico, no sentido de promover a restituição da presença e da dignidade do povo negro e da sua religião como um dos elementos fundamentais para construção da história e da cultura brasileira.

Nesse contexto, entender a escola, o currículo e a diversidade cultural, social e racial é fortalecer as lutas sociais, com apontamentos políticos e éticos concretos os quais tratam as relações étnico-raciais com respeito, dignidade e justiça, em prol de uma escola democrática, autocrítica, ética e libertadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília. 2005.

_____. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CARVALHO, Alonso Bezerra de. **Educação e Liberdade em Max Weber**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. (Coleção fronteiras da educação).

GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In. ABRAMOWIZ, Lucia Maria de Assunção Barbosa; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê. 2006.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo: conhecimento e cultura - Sobre a qualidade na educação básica e a concepção de currículo. In. Salto para o futuro - currículo: conhecimento e cultura. Ano XIX – Nº 1 – Abril/2009.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola: Questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo: Paulinas, 2007.

PEREIRA, Edimilson de Almeida; WHITE, Steven F. Brasil: Panorama de Interações e Conflitos numa Sociedade Multicultural, In. REIS, João José; SILVEIRA, Renato da; ZAMPARONI, Valdemir. **Centro de Estudos Afro-Orientais** – FFCH, gráfica Santa Helena. Salvador-BA. nº25-26, 2001.p.257 a 280.

SILVA, Martinho José da. **Racismo à brasileira: raízes históricas**. 3ª edição. São Paulo: Anita, 1995.

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipar, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade 1, 12

B

Braille 27, 28, 34, 35, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Bullying 150, 151, 152, 155

C

Controvérsias jurídicas 212, 224

Creche 212, 232

Currículo 30, 33, 34, 35, 92, 105, 113, 212, 231, 358

D

Deficiência Visual 27, 30, 32, 33, 35, 125

Desenvolvimento 51, 62, 66, 71, 76, 78, 100, 152, 202, 211, 223, 224, 225, 226, 260, 285, 300, 305

Desenvolvimento Motor 202

Direitos humanos 178

Disciplina 90

Diversidade 113, 287, 302

Divisão do trabalho 212

E

Educação 2, 5, 2, 12, 13, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 61, 64, 65, 66, 67, 70, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 88, 90, 91, 100, 102, 103, 113, 114, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 136, 137, 138, 140, 141, 144, 146, 149, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 166, 167, 168, 177, 178, 191, 192, 200, 211, 212, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 243, 255, 257, 258, 259, 260, 262, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 301, 302, 304, 305, 306, 308, 309, 314, 319, 321, 327, 332, 333, 334, 344, 345, 358, 359

Educação do Campo 36, 273, 275, 276, 280, 286, 287

Educação Especial 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 124, 125, 126, 136, 137, 146, 149, 273, 276, 277, 280, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 295, 296, 301, 302, 304, 305, 306

Educação Inclusiva 126, 127, 138, 140, 144, 146, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 286, 287, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 302, 306

Ensino 1, 29, 34, 35, 64, 72, 73, 78, 103, 150, 183, 184, 185, 186, 192, 193, 200, 225, 257,

259, 260, 261, 262, 263, 267, 272, 297, 299, 300, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 312, 314, 319, 320, 321, 322, 323, 325, 332, 335, 337, 342, 347, 359

Ensino aprendizagem 78

Ensino Colaborativo 297, 299, 300, 303, 304, 305, 306

Ensino Superior 1, 267, 359

F

Formação Continuada 273, 276

G

Gestão Educacional 64, 257

I

Interdisciplinaridade 90, 91, 100

L

Leitura literária 342

M

Microcefalia 202, 211

Musicalização Infantil 78

P

Paralisia Cerebral 202, 204

Percepção 149, 179, 183, 186, 187

Pessoa com deficiência visual 27

Política educacional 27

Prática Pedagógica 125

Práticas Docentes 1

S

Sistema Nacional de Educação 257, 258, 272

Surdos 138, 141, 289

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-552-5



9 788572 475525